

UMA REVISÃO NARRATIVA DA BIBLIOGRAFIA SOBRE A UTILIZAÇÃO DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM COMO FERRAMENTA DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Maria Clara Barbosa Nascimento¹
Marília Ribeiro Sales Cadena²
Orientador do Trabalho

INTRODUÇÃO

A inclusão de Pessoas com Deficiência (PcD) na história educacional mundial e brasileira é marcada por uma série de preconceitos. No mundo, eventos como a consolidação da Igreja e o capitalismo influenciam a maneira de lidar com a educação e inserção de PcD's na sociedade. Já no Brasil, a negligência de amparo educacional especial perdurou até o início de 1950, no qual somente poucas deficiências eram estudadas, como por exemplo a mental (MIRANDA, 2009).

Passados os anos, vertentes e instituições foram consolidadas e, conseqüentemente marcos históricos foram criados, como a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1º e 2º graus (Lei nº 5.692/1971, e a criação da Constituição Cidadã que estabelece a integração escolar por meio de atendimento a pessoas com deficiência na rede regular de ensino (MIRANDA, 2009).

Nesse sentido, diante do silenciamento da realidade gritante de pessoas com deficiência, é nítida a importância de discussões acerca do tema, bem como novas metodologias e ferramentas que possibilitem o acesso e a inclusão deste grupo nos ambientes educacionais. Nesse sentido, os Objetos de Aprendizagem (OA) surgem como ferramenta de apoio no processo de aprendizagem por apresentar características que se adequam a diferentes contextos e ambientes, além de fornecer interação entre o indivíduo e o material utilizado.

Com base nisso, o presente trabalho se propôs a discutir sobre o breve histórico da Educação Especial no mundo e no Brasil, além da forma como os OA podem ser utilizados como ferramenta de inserção no ensino por meio de revisão narrativa de literatura que evidenciam a eficácia da utilização desses objetos na modalidade especial de ensino (MACHADO; PAVÃO, 2008).

¹ Graduando do Curso de licenciatura em ciências Biológicas da Universidade Federal Rural de Pernambuco-UFRPE, clarabn22@gmail.com;

² Professora doutora da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, marilia.sales@ufrpe.br.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi desenvolvido por meio de revisão narrativa de literatura em plataformas de dados Google Acadêmico, SciELO e Capes no mês de julho de 2023, na busca por estudos referentes ao ensino de PcD através das palavras chaves “Educação especial”, “Inclusão”, e “Objetos de Aprendizagem”, não sendo estabelecido um período de publicações como critério de inclusão ou exclusão por meio de trabalhos científicos como relatos de caso, artigos, livros e resumos que diz respeito ao tema que corroboram para construção crítica de pensamento e escrita.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Breve histórico da educação especial no mundo e no Brasil

A história da educação especial no mundo e no Brasil é marcada por uma série de exclusões e preconceitos originados desde a antiguidade, no qual os deficientes eram perseguidos e abandonados devido sua realidade, como também na Idade Média devido ao poder da Igreja que atribuía aos deficientes influências malignas e assim baniram e os condenavam à morte baseada em suas crendices (MIRANDA, 2009). Passados os séculos, a chegada do capitalismo também marca uma nova revolução na realidade de PcD devido a necessidade de profissionais capacitados para operações em indústrias, como também durante as duas grandes guerras no cuidado de feridos (MENDES, 2009).

Ao direcionar o estudo para o Brasil, os desafios enfrentados começam a ganhar destaque a partir de 1950, na qual duas vertentes principais eram disseminadas: a médico-pedagógica e a psicopedagógica. A segunda, influenciou os ideais do movimento escolanovista que, mesmo sendo segregacionista ao defender o diagnóstico de pessoas por meio de escalas métricas, valorizavam a criatividade e a liberdade como ferramenta de sucesso para a aprendizagem, além da capacitação de professores por estudiosos estrangeiros, como a psicóloga russa Helena Antipoff, que priorizava a importância da organização do ambiente de trabalho (MIRANDA, 2009).

É somente a partir dessa década que discussões acerca de modelos educacionais para PcD tomam posição de destaque em todo Brasil, principalmente devido à expansão de escolas especializadas na formação de PcD, como também a responsabilidade oficial por parte do Governo Federal em oferecer atendimento de qualidade na rede pública de ensino, que influenciados por campanhas como a “Campanha para a Educação de Surdos Brasileiros”,

corroborou para avanços na busca de promover medidas na educação de surdo, como também de outros indivíduos com deficiências distintas (MIRANDA, 2009).

Diante desses avanços, houve também, na década de 1970 o início da institucionalização da educação especial por meio do surgimento do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que realizou atividades até o ano de 1986, evidenciando os avanços educacionais comparados a Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1 e 2 graus (BRASIL, 1961) que aborda sobre a modalidade de ensino em questão em apenas um artigo omissivo referente às demais deficiências:

Art. 9º - Os alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais, os que se encontram em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Como forma de reparo a segregação e omissão da pluralidade de deficiências, como aborda a Lei citada acima, a Constituição Cidadã, de 1988, torna-se um marco para o ensino especial, uma vez que em seu artigo 208 estabelece a importância da oferta de atendimento na rede regular de ensino na busca de uma educação inclusiva que atrelada a Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional de 1996, tornam-se cada vez mais abrangente por ofertar maior amparo e melhorias ambientais para que o ensino seja efetivo, bem como por responsabilizar o Estado no dever de garantir educação gratuita na rede regular de ensino para o grupo em questão (MIRANDA,2009).

Dessa forma, é notório que os avanços ao decorrer da história ocorrem em paralelo ao contexto social e político de cada período, que influencia não só o questionamento e debate acerca da realidade, como também a criação de políticas que visam melhorias no acesso ao ensino e acessibilidade, visto que o caminho na busca de melhorias nessa modalidade de ensino é longo e repleto de desafios.

OA como ferramenta de inclusão no ensino

As tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) vêm se expandindo desde a década de 1980 com avanços em trabalhos direcionados a área cognitiva possibilitando o auxílio de professores e educadores especializados em atividades de ensino e inclusão. Nesse contexto, uma das ferramentas que podem ser utilizadas por educadores são os Objetos de Aprendizagem (OA) que, segundo Tarouco *et al* (2003) são:

Objetos educacionais podem ser definidos como qualquer recurso, suplementar ao processo de aprendizagem, que pode ser reusado para apoiar a aprendizagem. O termo objeto educacional (learning object) geralmente, aplica-se a materiais educacionais projetados e construídos em pequenos conjuntos com vistas a maximizar as situações de aprendizagem onde o recurso pode ser utilizado.

No entanto, para que sua aplicação seja efetiva é necessário que haja não somente a capacitação de docentes para criação de diferentes objetos, como também dos próprios materiais e recursos que serão utilizados, além do currículo escolar e do ambiente que será utilizado para criação, a fim de possibilitar o estímulo de responsabilidade, percepção, criatividade e trabalho em grupo por meio de invenções de modelos que favoreçam o entendimento do conteúdo abordado, além de favorecer o uso dos órgãos do sentido como o tato, essencial em atividades manuais que favorece a percepção de diferentes texturas e formas; e a visão, por meio cores contrastes ou textos em alto relevo (MACHADO, 2008).

Evidências da eficácia dos OA na inclusão do ensino de PcD

Baseando-se na potencialidade de auxílio e inclusão que os OA apresentam no contexto educacional, dois estudos escolhidos evidenciam a eficácia, sendo o primeiro desenvolvido na disciplina de TIC aplicada à educação especial em um curso de licenciatura de uma universidade do interior do Rio Grande do Sul, denominado “Hora do Conto” que visa capacitar os futuros professores a desenvolver materiais acessíveis para seus alunos por meio de contos infantis, como Chapeuzinho Vermelho e Branca de Neve, a partir de áudio descrição a fim de verificar a eficácia da audiodescrição para pessoas cegas ou com baixa visão, como também de explorar o imaginário das crianças visto que, como descreve Bettelheim (2015), para que uma história prenda a atenção da criança é necessário que apresente características que se relacionem com sua personalidade, como também com sua realidade (MACHADO, 2008).

O segundo se refere a um Objeto de Aprendizagem para auxílio a disciplina de programação contemplando preceitos do design universal na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul a fim de atender deficientes visuais e ensinar lições básicas de programação. Para isso, foi desenvolvido o programa “AVProg” que contempla exercícios de lógica e ações do cotidiano por imagens ou textos, como também por áudio descrição no qual o usuário deverá clicar ou digitar na ordem correta o número narrado pelo

programa, correspondente a imagem. Após isso, o mesmo foi submetido a análises e aplicações por meio da página “Face para Deficientes Visuais” na plataforma Facebook no qual das 12 pessoas que utilizaram o programa, 10 se interessaram e gostariam que fosse aprimorado, além da eficácia referente a facilidade, na qual 8 acharam fácil a utilização (BALBOENA, 2013).

Como ferramenta de reparo a realidade discutida neste trabalho, os OA podem ser utilizados para proporcionar interação entre o indivíduo e objeto, como também a criatividade e o imaginário, como evidencia o material “Hora do Conto” criado por alunos de licenciatura. Além disso, diante dos desafios e precariedades de muitas escolas do Brasil, por meio da mediação por parte dos docentes, os alunos podem criar objetos com ferramentas simples do cotidiano, como massinha de modelar ou garrafas, a fim de contribuir para melhor compreensão do conhecimento elaborado e construído nos ambientes educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio de um breve recorte histórico, o presente trabalho destaca as omissões, desafios e avanços ao longo da história que, no Brasil, é marcada por destaques no âmbito educacional especial somente a partir da década de 1950. Nesse sentido, por meio da aplicação de Objetos de Aprendizagem no ensino, a construção do conhecimento pode ser efetiva e inclusiva por apresentar características de adaptação a diferentes contextos. Por meio da discussão acerca da aplicabilidade desses materiais, é perceptível a eficácia e importância, uma vez que podem ser criados por meio de objetos simples do cotidiano, como também por meio de tecnologia como a audiodescrição.

Palavras-chave: Educação especial; Inclusão; Ensino; Objetos de Aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BALBOENA, D. H. S. **Objeto de aprendizagem para auxílio à disciplina de programação a pessoas com deficiência visual e auditiva contemplando preceitos do design universal.** 2013. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) - Universidade Regional do noroeste do estado do rio grande do sul, Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2041>. Acesso em: 20 jul. 2023.

BETTELHEIM, B. **A psicanálise dos contos de fadas**. 30. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lex: coletânea da legislação: edição federal, Brasília, 1961.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências**. Lex: coletânea da legislação: edição federal, Brasília, 1971.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Lex: coletânea da legislação: edição federal, Brasília, 1996.

MACHADO, A. P. R.; PAVÃO, A. C. O. Objeto de aprendizagem e seu uso no contexto de inclusão. **Tecnologias na Educação**, Rio Grande do Sul, v. 25, n. 33, p. 1-13, 2008. Disponível em: <http://tecedu.pro.br/wp-content/uploads/2018/07/Art33-vol.25-Junho-2018.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MENDES, E. G. **Deficiência mental: a construção científica de um conceito e a realidade educacional**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000744122>. Acesso em: 14 set. 2023.

MIRANDA, A. A. B. **Educação especial no Brasil: desenvolvimento histórico**. 3. ed. São Paulo: Cadernos de História da Educação, 2009. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880>. Acesso em: 24 jul. 2023.

TAROUCO, L. M. R. FABRE, M. J. M. TAMUSIUNAS, F. R. Reusabilidade de objetos educacionais. **RENOTE**, Porto Alegre, RS, v. 1, n. 1, fev. 2003. DOI: <https://doi.org/10.22456/1679-1916.13628>. Acesso em: 24 jul. 2023.

